

UMA SOCIEDADE DE EMANCIPADOS: uma análise sobre os imperativos instrumentais na Maçonaria e a intersubjetividade da razão maçônica com a razão comunicativa

(A SOCIETY OF EMANCIPATES: an analysis of instrumental imperatives in Freemasonry and the intersubjectivity of masonic reason with communicative reason)

Rafhael Guimarães ¹

Resumo

O ensaio pretende analisar a razão maçônica sob o paradigma racional da Escola de Frankfurt. Nessa seara, vê-se que no âmbito da Instituição Maçônica evidenciam influências de um pensamento oriundo tanto da razão instrumental, como da razão crítica. Todavia, percebe-se que na esteira dos princípios e valores esculpidos na razão maçônica conduzem o adepto a um comportamento diverso das racionalizações precedentes, encontrando plena correlação na denominada "razão comunicativa" de Jurgen Habermas, contribuindo, com isso, para um melhor entendimento maçônico dos aludidos rituais e instruções da Sublime Instituição. A intersubjetividade da razão maçônica, por meio de suas características, rituais e reuniões, constitui o cerne da reflexão ensaiada, cujo objetivo visa analisar os pontos de intercessão entre as teorias emancipatórias da razão maçônica e da razão comunicativa e as patologias evidenciadas nos tabus maçônicos.

Palavras-chaves: Teoria do Agir Comunicativo; Maçonaria; Habermas.

Abstract

The essay aims to analyze Masonic rationality under the paradigm of the Frankfurt School. In this way, within the scope of the Masonic Institution it can be observed influences of a thought originating from both instrumental and critical rationality. However, it also can be seen that in the wake of the principles and values carved in Masonic rationality they lead the adept to a behavior different from the previous rationalizations, finding full correlation in the so-called "communicative rationality" of Jurgen Habermas, thus contributing to a better Masonic understanding of the above mentioned rituals and instructions of the Sublime Institution. The intersubjectivity of Masonic rationality, through its characteristics, rituals and lodges, constitutes the core of their hearsed reflection, whose objective is to analyze the points of intercession between the emancipatory theories of Masonic and communicative rationality.

Keywords: Theory of Communicative Action; Freemasonry; Habermas.

¹ Rafael Guimarães é advogado, mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, pós-graduado em Direito Público com ênfase em Gestão Pública, em Direito Constitucional e em Relações Internacionais pela Faculdade Damásio (Unidade Vitória). E-mail: guimaraes_rgf@hotmail.com

1. Introdução

Se há uma Instituição que atraiu no curso da história notáveis personalidades mundiais, sejam intelectuais, cientistas, políticos e revolucionários, essa Instituição é a Maçonaria. Para seus adeptos seus rituais têm proporcionado encantos e lições, embora, por outro lado, gerado suspeitas e incontáveis ataques por seus detratores. Para descrever essa atraente ordem o pesquisador Christopher Hodapp, autor do best-seller "*Freemasons for Dummies*", a definiu:

Franco-maçonaria (ou apenas Maçonaria) é uma sociedade de cavalheiros preocupados com os valores morais e espirituais, além de uma das fraternidades mais antigas e populares do mundo. (...) É uma filosofia e um sistema de moralidade e ética social e é bem básica nisso. (...) (Ela) ensina lições de virtudes sociais e morais baseadas no simbolismo das ferramentas e na linguagem do antigo ofício de construção, usando a criação de uma estrutura como um símbolo para a edificação do caráter dos homens (2015, p.13).

Outrossim, por uma síntese de tudo isso, presente na "*Coil's Masonic Encyclopedia*", vemos ela como "um sistema de moralidade e ética social" (COIL, BROWN, 1961, p.159), tendo em seu cerne racional características como o humanitarismo, a moral, a busca da verdade, o incentivo à reflexão, a defesa da liberdade e da dignidade do homem, a modéstia, a discrição e o estímulo à livre expressão de opinião, representados como visto em torno do seu simbolismo maçônico (ISMAIL, 2014, p.57). De mais a mais, sua definição mais tradicional é de que Maçonaria "é um belo sistema de moralidade velado em alegoria e ilustrado por símbolos" (ZELDIS, 2011, p.72-73).

Enquanto Associação privada, a Maçonaria tem justamente como diferencial o caráter dialético-ritualístico em sua aprendizagem. O ritual maçônico, através de seus ensinamentos, denota um simbolismo que visa transmitir aos adeptos uma clara reflexão de alto teor moral, apresentando lições, preceitos e valores já explicitados como características e que configuram seu sistema racional de filosofia.²

O melhor exemplo disso é que quando se inicia na Ordem, diz-se que se recebeu a "Luz". Essa luz

representa a "razão maçônica", que simbolicamente induz a libertar o homem da ignorância, do fanatismo e da superstição, contribuindo racionalmente para seu amadurecimento reflexivo e humano diante do mundo profano (ISMAIL, 2016, p.163).

Nessa toada que toda instrução maçônica se volta para tese de que a sociedade também comporta uma ideia de aprisionamento do homem, no excesso dos desejos materiais, na falibilidade da vida carnal, nos vícios e malefícios ocasionados pelo duvidoso caráter, ambos expostos na condição humana. Na esteira filosófica do idealismo, sinaliza uma vida prevalida por preceitos, virtudes e pela razão, neste caso pela sublime "razão maçônica", que pretende emancipar o homem desses vícios, uma razão despida de preconceitos – desde religiosos, morais, étnicos e estéticos – legando à história contemporânea sua intensa participação na elevação do homem na insubordinação do espírito sobre a matéria (HODAPP, 2015, p.13 e 62-63).

Aqui o que nos interessa é analisarmos que entre o desdobramento dialético desses procedimentos formais e o comportamento moral de seus praticantes há um mecanismo cognitivo-racional que não pode ser ignorado e cuja compreensão pode colaborar para um melhor entendimento do seu próprio paradigma racional, nosso objeto em questão – a "razão maçônica".

Porque, muito embora inseridos em uma Esfera Pública, como visto dotada de um meio dialético racional, assistimos, não raramente, evidências de uma razão instrumental em torno dos membros dessa Instituição? Como por exemplo na preconcebida promoção de "tabus maçônicos" e sua consequente auto preservação ou ainda na governança antidemocrática de lideranças maçônicas (ISMAIL, 2016, p.18-19, 59).

Malgrado essas experiências que, discutidas no decorrer do artigo, revelam nosso primeiro ponto a ser depurado que é a auto sabotagem instrumental do conhecimento maçônico. Nos remete alegoricamente aos prisioneiros da "Caverna de Platão", que, julgando-se conhecedores da realidade manifesta, em latente possibilidade de libertação, acabam, por medo, ignorância ou distensão da sua atual condição, rechaçando ou eliminando qualquer ideia ou saída que se apresente na penumbra realidade insulada, se (auto) preservando no desconhecimento e na escuridão do interior da Caverna (MANNION, 2010, p.35).

² Considerando o apertado espaço para desenvolvimento metodológico e conceitual do presente artigo, o método "observação participante" ou "história oral" se mostra fundamental nessa conjectura qualitativa que pretende confirmar e abeberar análises conceituais da sociologia e da filosofia para com a Maçonaria. Com efeito, uma vez que tal observação é restrita, salvo raras exceções, aos membros iniciados na mesma, este método torna-se indispensável para qualquer análise no tocante as questões internas da Ordem Maçônica (BRANDÃO, 1981 apud ISMAIL, 2016, p.17).

2. Do esclarecimento ao aprisionamento: a Razão Instrumental

Contraopondo-se ao Antigo Regime, quando os homens eram súditos das autoridades dinásticas e/ou religiosas, o movimento Iluminista (Esclarecimento, Ilustração) emergiu incutindo na Modernidade a necessidade dos indivíduos se emanciparem da menoridade imposta e exercerem sua natural faculdade neurobiológica. Foi uma transição da infância, onde as pessoas eram tuteladas, para sua maturidade racional. Em outras palavras, era o fim da tutela, da irracionalidade religiosa, da imaturidade racional, com promessas de um novo futuro para humanidade.

No curso da história o Esclarecimento se destacou como um forte movimento racionalista, interpretado como uma tradição intelectual de valorização da racionalização que obteve impacto determinante em diversos países. Conjuntamente nesse mesmo período surge a moderna Maçonaria, obtendo pensadores iluministas em seus quadros, como Benjamin Franklin e Voltaire, ou mesmo célebres simpatizantes da Ordem, como Kant³ e Locke (ISMAIL, 2014, p.14; HODAPP, 2015, p.305).

Com o sucesso das suas revoluções (políticas, sociais, filosóficas), o Iluminismo, isto é, a racionalização epistemológica, avançou como matriz hegemônica do pensamento ocidental e a Modernidade passou a promover um desencantamento do mundo (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.11). A racionalidade figurou como um modelo básico para a produção de conhecimento nas ciências humanas e a partir disso saíram diversas escolas de pensamento do século XIX (MANNION, 2010, p.100).

Atentos as ponderações que no passado fizeram os idealistas alemães kantianos,⁴ os filósofos fundadores da Escola de Frankfurt, na Alemanha, observaram o caminho sem retorno que esse esclarecimento conduziu. Em sua principal obra, a "dialética do esclarecimento", que laçou as bases da Teoria Crítica, Theodor Adorno e Max Horkheimer sentenciaram o exaurimento da razão autônoma que um dia houvera libertado os homens, como previa Kant, os reinseriu ao aprisionamento e a tutela da própria razão instrumentalizada e que objetiva exclusivamente os fins sem se preocupar com a vida social (ADORNO;

HORKHEIMER, 1985, p.11 e 17).

Apesar de também ter propiciando determinado desenvolvimento científico e tecnológico nunca antes experimentado na pré-Modernidade, por sua vez, essa razão técnica-científica descerrou o que ainda restava de humano na produção do conhecimento, que era justamente sua conformação ética, moral e social (subjéctiva), encarcerando-o novamente, dessa vez em uma nova roupagem autoritária, a "razão instrumental"(BENHABIB, 1996, p.80; RUSSELL, 2015, p.269; RUSH, 2008, p.46-48).

Ou seja, o mesmo homem que se apoiou numa estrutura esquematicamente racional do conhecimento como forma de emancipar-se, invariavelmente também se utilizou desse mesmo mecanismo procedimental para, usando-o, enganar-se a si mesmo e a outrem, como muito bem exemplificam os aspectos esquematicamente racionais, como do racismo científico, do imperialismo político, dos preconceitos, da xenofobia, da corrupção, dos golpes militares ("constitucionais"), do absolutismo ilustrado (despotismo esclarecido), da concentração de riquezas, do lucro a qualquer custo, da desenfreada industrialização e da própria indústria cultural. Todos esses "desvios ético-racionais" possuem uma justificativa, tanto racional, como ideológica, que lhes servem de auto-preservação, visto que racionalizar por si mesmo, como ilustrado, não os tornou na melhor ou mais adequada proposição e consecução epistemológica para racionalização e convivência humana.

Nesse horizonte plenamente reificado, o respectivo "agir racional com respeito a fins"amadureceu e com o fito de substituir aquela imaginação teleológica ou a concepção mitológica existente na pré-modernidade, respaldado na mera compreensão factual da vida material, se prestou a criar mecanismos de controle do seu meio de ação em benefício próprio (a exemplo do Nazismo e da "raça ariana"), rechaçando a eventual ou necessária conformação humana ou social, como arduamente criticavam os frankfurtianos (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.17 e 23).

Esse agir estratégico com respeito a fins acabou engendrando uma "nova mitologia"em torno de si mesma, incutida na "pura racionalização", elevando esta a uma instância absoluta e auto-suficiente, en-

³ Immanuel Kant, um dos principais expoentes do iluminismo, admitiu essa vocação iluminista das lojas maçônicas quando observou que suas reuniões reúnem pensadores que se comunicam com seus pares sobre questões que afetam a humanidade (KANT, 1999 apud ISMAIL, 2012, p.1).

⁴ No seu ensaio "O que é o Iluminismo?", Kant exortava os homens a fazerem um "uso público de sua razão", pois considerava a dificuldade que é para os homens se emanciparem sozinhos rumo às luzes da razão, tendo em mente um espaço, uma livre circulação do saber (2006, p.85). Ideia essa que, aprimorada, acha-se em Habermas como "Esfera Pública", objeto de ensaio no último capítulo.

cerrando uma crença metafísica de entendimento da vida reificada, posto de lado a clássica exigência de pensar o pensamento (reflexão crítica). Assim, a teoria crítica verifica que a própria racionalidade traz em seu interior uma irracionalidade, feito epistemológico que encastelou o homem ao seu entendimento mecanicista, coisificado, materialista, massificado, dominante em relações de poder e autocontrole (Ibid., p.33 e 42; BENHABIB, 1996, p.81).

Nesse olhar, ainda que pessimista, é que detectamos o aparecimento da razão instrumental mesmo na mais sublime das Instituições. Sejam tabus, elites estratégicas ou tecnologias de controle, dentro da Ordem assistimos a todo tipo de dissociação da razão maçônica, como previa os fundadores da Escola de Frankfurt ao afirmarem por toda sociedade. Uma vez que seus membros, socializados no pensamento social reificado, invariavelmente reproduzem essa instrumentalização no interior da Maçonaria (ISMAIL, 2016, p.18 e 51).

Kenny Ismail lista duas origens distintas para os tabus criados no âmbito da Ordem Maçônica. São eles de origem externa ou interna, na qual estabelecem barreiras de análise por intermédio de tecnologias de controle, apoiados numa razão instrumentalizada, no seio das Lojas Maçônicas ou da sociedade que, por diversos fatores de resistência, se encontram desencorajados a debatê-los racionalmente (ISMAIL, 2016, p.19). Como vimos, toda proposição com o fito de estabelecer um controle preditivo e manipulativo sobre as coisas é uma proposição instrumentalizada, visto que não confrontar ou esclarecer a dicotomia existente na natureza do objeto reforça seu caráter tipicamente instrumental (RUSH, 2008, p.42).

Nesse sentido, advindo de uma origem externa, os "tabus antimaçônicos" prescrevem uma (frágil) sustentação na qual a Maçonaria é adjetivada de secreta, dogmática, pagã, ou ainda uma "nova ordem mundial", na maioria das vezes recebendo ataques de grupos totalitários, fundamentalistas e antidemocráticos (ISMAIL, 2016, p.21-22; HODAPP, 2015, p.64). Dessas proposições, em sua grande maioria não encontram um simples contraditório em suas afirmações, qualificando-as como razão instrumental (proposições cognitivo-instrumentais para fins estratégicos), justamente, para se auto-preservarem e, em contrapartida, obtêm muitas vezes o silêncio da Instituição Maçônica e seus membros.

Outro exemplo acha-se na hierarquia institucionalizada dos cargos maçônicos, sejam os líderes maiores (Grão-Mestres), ou somente aqueles das Lojas Maçônicas (Venerável Mestre ou Conselho de Mestres Instalados), quando não objetivam apenas o exemplo, a eficiência e a liderança, mas, de outro mo-

do, a imposição, controle, coerção e vaidade, convertem-se em tecnologias de controle e razão instrumental, como já estruturamos.

Assemelha-se a alegoria da Caverna, o preço daqueles que se arriscam a debater ou inovar em face de tudo isso é muito alto, quando não ao custo da sua própria extinção do grupo, já adormecido ou mesmo proativo em defesa do discurso dominante e racionalizante da razão instrumental no seio do grupo.

Muitos pensadores contemporâneos têm argumentado que a racionalização, na verdade falsamente assumida como progresso, tem de fato um impacto contundente na desumanização da sociedade, distanciando aqueles princípios subjetivos inicialmente pensados no Iluminismo. Como bem sugere o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, para quem a instrumentalização como manifestação da Modernidade pode estar intimamente ligada com os acontecimentos do Holocausto.

Bauman faz uma crítica a Modernidade, tal como a Escola de Frankfurt – embora destoe em perspectivas metodológicas, sustentando que o fatídico Holocausto não deve simplesmente ser considerado um evento de ódio na Alemanha Nazista. Ele argumenta, ao invés disso, que o morticínio deve ser encarado como uma ordem racional. Afinal, a razão instrumental da teoria da raça ariana, a divisão do trabalho em tarefas pormenorizadas, a consequente categorização taxonômica de diferentes espécies e a eficiência a todo custo foram fatores pontuais na ocorrência de mortes em escala industrial, como neste caso em particular. Para o sociólogo polonês, portanto, não houve no Holocausto nada impensado ou desarrazoado, muito pelo contrário, exemplificam, mais uma vez, um "longo processo social de racionalização" (GIDDENS, 2016, p.36; BAUMAN, 1998, p.121-123).

Em outras palavras, nesse mundo ilustrado, onde impera uma linguagem estratégica própria da razão estratégica, a consciência reificada pelo agir com respeito a fins é incapaz de romper com a ordem racional massificada, por medo ou poder, ela perpetua o seu paradigma instrumental (como veremos na Maçonaria), tal como um prisioneiro habituado na Caverna de Platão. Outra não haveria de ser a conclusão dos fundadores da Escola de Frankfurt: "o esclarecimento é totalitário" (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.19, 34-35).

Decerto, o diagnóstico dessa primeira geração frankfurtiana, representados por Adorno e Horkheimer, é permanentemente pessimista, sem a menor chance de retroceder no futuro, posto que para eles a

Modernidade encontra-se degradada e plenamente reificada, imersa numa linguagem instrumental já enraizada, cujo capital instrumental penetra e coloniza toda e qualquer tessitura social, inclusive a Maçonaria (EAGLETON, 1996, p.205).

3. Pensar o pensamento: a Razão Crítica, Substantiva ou Filosófica

Como vimos, se afastar da razão instrumental não é fácil, afinal a alienação racionalizante infiltra-se em nós desde nossos raciocínios primários, a qual somos profanamente educados e amadurecidos, emergindo-se como matriz hegemônica em nossa sociedade em defesa do discurso ou razão dominante, nas verdades absolutas, nos tabus e preconceitos deflagrados na coercitividade da relação social (2000, p.473).

Normalmente não nos é ensinado a questionar o produto racional apresentado. Na Instituição Maçônica isso é ainda melhor detectado, afinal, é unânime colocarmos os aprendizes e companheiros, recém ingressos, numa posição de completa subordinação a todo e qualquer pensamento racionalmente colocado, tanto por uma questão assinalada de hierarquia institucionalizada, de aprendizado da linguagem maçônica, como por julgá-los inábeis para ensinar aos demais, posto reservado somente aos mestres maçons, quando não aos mestres instalados, que, direta ou indiretamente, se utilizam destas tecnologias de controle ritualisticamente institucionalizadas.

Para Teoria Crítica o questionamento é fundamental para o despertar em prática de uma outra razão filosófica que poderá conduzir por diferentes caminhos daqueles já delineados, ou seja, me refiro à razão substantiva ou crítica:

(...) A crítica só é possível de um ponto de vista que permita questionar os componentes do conceito dominante da razão, sobretudo o contraste universal fixo entre a razão e a natureza. O conceito crítico de razão [substrato racional] não pode ser obtido [a partir] da auto-preservação da razão [dominante], mas apenas da dimensão mais profundamente arraigada de sua gênese a partir da natureza [conformação subjetiva da realidade] (BENHABIB, 1996, p.83).

Seyla Benhabib nos mostra que a reflexão da razão sobre as condições da sua efetivação significa um desvendar da sua genealogia, descobrindo a história subterrânea da relação entre razão e auto-

preservação, autonomia e dominação da natureza (Ibid., p.84).

Essa razão crítica, auto-reflexiva, conformada tanto social, como subjetivamente, no fundo é, como mencionamos, uma herança kantiana e reaproxima a ética da ciência. Trata-se de uma "força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro, e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social" (RAMOS, 1981 apud ISMAIL, 2016, p.163).

Em outras palavras, ela se faz presente quando o indivíduo pensa por si próprio, livre das amarras socioculturais e questiona a instrução que se lhe apresenta em favor do contraditório, confrontando-a racionalmente e preocupando-se com seus meios e fins, apresentando-se como uma força libertadora. Essa razão crítica é perfeitamente associada ao bem comum, a pensar o pensamento, a criticar a sociedade e cumprir fins eminentemente humanos. Todos os conceitos morais, frutos não de uma hipotética surrealidade, mas oriundos da racionalização propriamente, residem e se originam a priori nessa razão substantiva (RUSSELL, 2015, p.270; RUSH, 2008, p.36).

Em nosso objeto de análise, chama atenção certas proposições, como a emergência da Instituição Maçônica se apresentar como "elite estratégica", visando alcançar o poder e impor sua política em face da sociedade, julgando-se superiores e não iguais aos demais. No mais baixo dessas intenções, a elite estratégica objetiva influenciar a política e o governo do país, através dos influentes maçons inseridos na sociedade. Aliás, muitas vezes possuem a ousadia de citar o Iluminismo como sustentação discursiva (ISMAIL, 2016, p.64).

Isso não é apenas antimaçônico, por aviltar a razão maçônica – largamente ensaiada, como também é flagrantemente instrumental. Como bem leciona Adorno e Horkheimer, aparentemente referindo-se ao Nazismo, ao transpor uma minoria no poder, claramente visando algum tipo de consecução estratégica e subordinação dos demais, ela se exterioriza em completa auto-preservação do seu paradigma racional dominante (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.38).

De plano, ao lançarmos o contraditório em face da "elite estratégica maçônica", nos defrontamos com os ideais democráticos e participativos da sociedade, que a própria Maçonaria legou, refletindo, com efeito, a proposição instrumental e solapando-a em consequência da sua não permeação social. Por essas e outras evidências que a razão crítica se apresenta como uma força libertadora.

Todavia, muito embora essa mesma força libertadora forneça alguma esperança em torno da e-

pistemologia do conhecimento, como outrora sustentado, a primeira geração de frankfurtianos já não acreditava na razão ou qualquer tentativa de utilizá-la para emancipar o homem da auto-preservação instrumental já enraizada estruturalmente por toda vida social, pois, convencidos que a única conseqüência desse caminho seria o trágico fim do habitante que tentou sair da "Caverna de Platão", pessimismo agravado por eles ao presenciarem a deflagração da segunda guerra mundial (BENHABIB, 1996, p.70 e 80-82).

Enaltecendo ainda mais a derrocada do Esclarecimento ou mesmo da razão centrada no sujeito (razão crítica), Jurgen Habermas, o mais proeminente discípulo de Adorno e representante da segunda geração de Frankfurt, sinaliza uma eficaz alternativa epistemológica rumo a um resgate idealista da emancipação.⁵ Por meio do diálogo e do debate entre todos os prisioneiros, eles podem alcançar essa libertação: juntos (ISMAIL, 2016, p.184).

4. Uma sociedade de emancipados: uma intersubjetividade entre a Razão Comunicativa e a Razão Maçônica

Para além de pensar o pensamento, doravante contaminado pelo agir instrumental, Habermas com otimismo chama atenção para a possibilidade de haver todo um sistema discursivo que de alguma forma acabou sendo deturpado ou distanciado dos sujeitos na construção do conhecimento. De certa forma, ele resgata o idealismo kantiano, sem prejuízo em aprimorá-lo com seu conceito de razão comunicativa, ao introduzir uma racionalização para além da "razão centrada no sujeito" e, não obstante, ultrapassar o idealismo alemão ao anunciar uma "razão centrada no diálogo" em um projeto filosófico para a Modernidade (2000, p.473).

Uma vez que o ser humano é um ser de linguagem, visto que a própria usual comunicação é conduzida para sua intercompreensão diária e esse fato da natureza embasa toda vida social, sem a qual não haveria existência e identidade, Habermas observa nas mais cotidianas interações a manifestação de uma comunicação orientada para o entendimento e a profícua sobrevivência da razão nesse sentido (Ibid., p.164-166).

Com isso rompe com a primeira geração de

frankfurtianos, sobretudo com a epistemologia do sujeito, isto é, da racionalização a partir do indivíduo, quando postula uma conversão na racionalização orientada para a intersubjetividade – para um "agir comunicativo". Destarte, não era o conceito de razão da Modernidade que precisava ser enterrado, como também gostaria o pós-estruturalismo, mas as distorções discursivas ocasionadas pela razão centrada no sujeito. A mesma razão, pondera Habermas, que serve a reificação humana, é a mesma edificante que lança as bases da sociedade contemporânea (HANSSEN, 2008, p.329).

Como vimos acima, nossa existência social está estruturada mediante regras próprias a uma comunicação, operando-se de maneira simétrica, não violenta, segundo uma lógica argumentativa, cooperativa e que a categoria de atividade comunicativa é central no desenvolvimento dessa complexidade social. Posto que um indivíduo solitário não terá como agir comunicativamente, ou racionalizar alguma coisa, sua existência e identidade surgem quando ele se define e atua enquanto agente social (GIDDENS, 2016, p.223).

Habermas verifica a socialização na origem da produção do conhecimento, uma vez que é o início, meio e fim da racionalização. Assim, inserido socialmente, o sujeito apenas pode atingir sua consecução se intersubjetivamente se colocar em interação com seus interlocutores, ou seja, a razão comunicativa que impulsiona o ser pensante para uma produção do conhecimento, não apenas preocupada com fins, como outrora subscrito, mas da origem ao fim decidida com a inter-relação racional, promovendo a compreensão e conseqüentemente uma autorreflexão entre os sujeitos (2000, p.166).

Infelizmente, nossa usual razão é com muita frequência nublada pelo viés pessoal (filosofia do sujeito), na contramão da razão maçônica de igualdade e fraternidade. Outrossim, a verdade centrada na comunicação (filosofia comunicativa), por contraste, mitiga os vieses parciais sem sacrificar a especificidade prescritiva, encorajando-os a raciocinar e discutir juntos e a convencionar a razão, sem prejuízo do seu posterior reequacionamento, na toada sinalizada pelo agir comunicativo. Como bem exemplifica o retrato de uma reunião ritualística das Lojas Maçônicas.

Outrossim, os críticos da razão comunicativa,

⁵ A forte crítica de Habermas à primeira geração de Frankfurt se justifica, também, pela ruptura com os dilemas da "filosofia da autonegação" para com a Modernidade, numa latente "reificação da consciência". Outrossim, como sinalizaremos no item seguinte, Habermas procurou basear sua nova teoria da sociedade em uma concepção de racionalidade comunicativa que foi enriquecida pela perspectiva pragmática da filosofia analítica, onde reabilita a razão por meio de uma adesão ao paradigma do mútuo entendimento e da ação comunicativa, inova ao romper com a epistemologia do sujeito-objeto e promover um olhar a partir do sujeito-sujeito (HANSSEN, 2008).

especialmente o pós-estruturalismo francês, sustentam que tal abordagem habermasiana é avaliada como uma abstração idealista, levando-se suspeitas de uma refinada racionalidade puramente comunicativa, supostamente isenta das patologias econômicas, sociais e políticas da sociedade (como também suspeitavam os primeiros frankfurtianos) (RUSH, 2008, p.26).

Na verdade, para Jurgen Habermas quando se obtém uma socialização isenta de normas, como ocorre hoje em dia, onde o indivíduo se vê imerso numa linguagem puramente instrumental, que absorve a supervalorização do capital da vida humana,⁶ tais patologias não subjazem num campo predominante da razão comunicativa, visto que nesse ambiente comunicativo os sujeitos não querem impor seus enunciados, mas alavancar um mútuo esclarecimento. Para ele é claro, ao opor a consciência reificada a exigência de normas de socialização, bem como normas de enunciados em pé de igualdades (2000, p.484 e 487).

Neste caso, não há exemplo mais apropriado que Habermas quer dizer do que a Instituição Maçônica. Seus procedimentos formais sobrepõem aos participantes critérios e exigências ritualísticas que blindam a imposição de uma razão destoante ou aviltante face a razão maçônica, permitindo aos membros uma socialização aos respectivos princípios discursivos, bem como uma discussão e enunciação preenchidos por esses mesmos princípios, epigrafados em nossa introdução.

Não obstante as críticas em torno da intersubjetividade, ela não seria uma relação isenta de conflitos e diferenças, inobstante é um espaço de constante reequacionamento, visto que sua força reside nessa inter-relação, na reiterada prática do melhor argumento e no seu amadurecimento enquanto método de agir, sem prejuízo das problemáticas enraizadas na conduta humana que inseridas genericamente não solapam o agir comunicativo:

Horkheimer e Adorno, assim como Foucault, descrevem esse processo de sobrecarga do sujeito e de uma subjetividade autorreificadora como um processo histórico mundial. Mas ambos os lados deixaram de ver sua profunda ironia, que consiste no fato de que o potencial comunicativo da razão tinha primeiro de ser liberado nos padrões de mundos-da-vida mo-

dernos, antes que os imperativos irrestritos dos subsistemas econômicos e administrativos [mercado e Estado] pudessem reagir sobre a prática vulnerável da vida cotidiana e pudessem assim promover a dimensão instrumental cognitiva para a dominação sobre os momentos suprimidos da razão prática. O potencial comunicativo da razão foi simultaneamente desenvolvido e distorcido no decurso da modernização capitalista (HABERMAS, 2000, p.438-439).

Entendo por agir comunicativo uma interação mediada simbolicamente. (...) Seu sentido objetivo na comunicação mediada pela linguagem corrente. Enquanto a vigência das regras técnicas e das estratégias [razão instrumental] depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas [materialmente], a vigência das normas sociais [da razão comunicativa] é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações [universalidade racional] (HABERMAS, 1983, p.321).

A razão comunicativa é a fórmula que permitiria aos prisioneiros da Caverna descobrirem juntos a luz que os orienta para fora da prisão insulada, afinal havendo consenso, gradual e contínuo envolvimento, os sujeitos aprisionados ao mesmo tempo absorvem o necessário amadurecimento de uma racionalização intersubjetiva necessária à sua conjunta libertação.

Decerto que apoiado em sua sublime razão que a Instituição Maçônica, com seus referidos procedimentos formais e éticos, afasta os imperativos dos subsistemas, como constata-se no processo de admissão de iniciandos, que independentemente de potências ou ritos maçônicos, ingressam simbolicamente despido de metais e determinados valores instrumentais para ser induzidos a prática da virtude e dos bons costumes. Ou mesmo o tratamento aberto de comunicação, que, oportunamente em suas reuniões (palavra ao bem da ordem), é livremente concedida a todos os membros para que possam expressar suas opiniões.

No momento em que o maçom se propõe a combater a tirania, a ignorância, os preconceitos e os

⁶ Para Karl Marx, que vislumbrou esse mesmo cenário, não há outra forma para corrigir a estratificação experimentada e suas discrepâncias a não ser a práxis revolucionária. Porém, para Habermas, o paradigma da intersubjetividade, ou seja, a valorização da razão construída, debatida e afirmada no interior da Esfera Pública solapa a colonização desse espaço vital, onde, no todo, não impera uma práxis instrumental, pois predomina a integração social e a razão comunicativa entre os sujeitos inseridos, sem prejuízo de eventuais distensões que desencadeiam efeitos patológicos colaterais, embora incidentais.

erros, conforme dialogam seus rituais (GLMEES, 2010, p.27), e com esses fins promove uma dialética comunicação onde não pairam valores instrumentais num campo predominantemente comunicativo, a Instituição realiza, plenamente, os ideais do agir centrado na comunicação. Assim que, por todo canto, vemos uma perfeita inter-relação estrutural entre a razão maçônica e a teoria do agir comunicativo de Habermas.

Para esse frankfurtiano a desumanização e patologias oriundas da razão instrumental como reflexos da razão centrada no indivíduo que, como vistos no caso maçônico, perdem substancias se confrontados com uma razão centrada na comunicação entre os sujeitos. Em nosso campo de análise, os valores instrumentais não conseguem colonizar os pressupostos maçônicos interiorizados no âmbito da Instituição que, desta feita, acaba construindo um campo ou palco para proliferação da sua razão comunicativa.

Esse espaço, em tese permeado pela linguagem comunicativa, estabelecido normas de uma socialização valorativamente maçônica, solapa os imperativos instrumentais, a exemplo dos próprios tabus maçônicos, onde baseados em um agir orientado para o entendimento, por consequência, traça um campo essencial para reverberação das ideias e sua livre comunicação, aliás como já demonstramos em Kant, "uma arena para pensadores" onde a razão comunicativa concorre na formação da opinião e na atomização de ideias (KANT, 2006, p.85; GIDDENS, 2016, p.219).

Nesse lugar de discussões formais e informais (assembleias, parlamentos, associações), situando-se entre a Sociedade Civil e o Estado, Habermas denomina de "Esfera Pública":

Nas esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade são [procedimentalmente ou ritualisticamente] institucionalizados e, por mais especializados que possam ser, estão orientados para a difusão e à interpenetração. (...) Devem suas estruturas discursivas a uma tendência universalista dificilmente dissimulada. Todas as esferas públicas [mesmo] parciais remetem a uma esfera pública abrangente em que a sociedade em seu todo desenvolve um saber de si mesma (2000, p.500).

O próprio frankfurtiano faz menção direta dessa característica na Maçonaria, ao mencionar seu relevante papel como palco de discussão das ideias iluministas:

A promulgação secreta do iluminismo, típica das Lojas, mas também amplamente praticada por outras associações e Tisclzgesellschaften, tinha um caráter dialético. Razão pela qual o uso público da faculdade racional a ser realizado na comunicação racional de um público composto por seres humanos cultos, em si precisava ser protegido de se tornar público porque era uma ameaça para todas e qualquer relações de dominação. Enquanto a publicidade tinha a sua sede nas chancelarias secretas do príncipe, a razão não podia revelar-se diretamente. Sua esfera de publicidade ainda tinha que confiar no sigilo; seu público, até mesmo como um público, permaneceu interno. A luz da razão, assim velada de autoproteção, foi revelada em etapas. Isso lembra a famosa declaração de Lessing sobre a Maçonaria, que na época era um fenômeno europeu mais amplo: ela era tão antiga quanto a sociedade burguesa – "se de fato a sociedade burguesa não é apenas a prole de Maçonaria" (HABERMAS, 2014, p.148-149).

Com efeito, bem ilustra a estrutura comunicativa na Instituição Maçônica, que, como ensaiado, objetiva o ideal de uma vida moral e ética, bem como a igualdade entre os membros, onde não prevaleceria internamente, nos dizeres habermasianos, outra racionalização, ou imperativos, que não aqueles reiteradamente praticados na Maçonaria, qual seja, a razão comunicativa.

Como alternativa em face da instrumentalização nas Lojas Maçônicas, a razão comunicativa se apresenta como ingrediente indispensável no combate de tabus maçônicos, sejam eles antimaçônicos ou mesmo maçônicos, das proposições estratégicas ou tecnologias de controle, sempre na intenção do questionamento e efetivo esclarecimento em favor da constante busca da verdade. No caso dos tabus antimaçônicos, ao contrario de receberem o automático silêncio, devem ser objeto de constante análise pelas Lojas Maçônicas, abertas ao público, no sentido apregoado pelo agir comunicativo, privilegiando justamente a razão maçônica de persecução da verdade e do conhecimento, nesta hipótese, perfazendo uma Esfera Pública.

A razão centrada no entendimento, independente de hierarquia e cargos maçônicos, reverbera sua consecução, que afasta a incidência instrumental da tecnologia de controle e poder baseados na razão prescrita pelo sujeito que, na perfeita aplicação comunicativa, passariam a ser vistos como alienígenas do ambiente maçônico. A grande vantagem do en-

contro de uma razão sensivelmente elevada, como é a razão maçônica, e uma Esfera Pública, como são as Lojas Maçônicas, são estas recíprocas complementariedades, na qual a reprodução do agir comunicativo com o respectivo espaço para disseminação de ideias resulta numa cadeia interativa reprodutora frente a instrumentalidades. Ao propor adeptos selecionados, sensíveis ao debate, em prol de uma racionalidade despida de instrumentos, conforme orienta os rituais maçônicos, a Maçonaria atinge a exploração da Esfera Pública que lhe é peculiar, promovendo o conhecimento e o questionamento, num claro uso da razão comunicativa.

5. Considerações Finais

Como vimos ao evidenciarmos as características da razão maçônica do debate, do princípio de igualdade, sua finalidade social, seus princípios de liberdade de pensamento e pluralismo de ideais, além da moral e ética social, por consequência, também estaremos racionalizando no horizonte apregoado de uma razão comunicativa (HODAPP, 2015, p.13; COIL, BROWN, 1961, p.159). Na medida em que sustenta uma assembleia de pensadores e estes discutem contínua e dialeticamente em torno da constante procura da verdade, a Instituição indiscutivelmente converte-se em Esfera Pública para promoção dessa mesma razão comunicativa que sabotava eventual colonização instrumental desse espaço vital (HABERMAS, 2014, p.148).

Com efeito, ao promover uma razão centrada no diálogo, no mútuo entendimento e no consenso entre os irmãos, a razão maçônica se equipara a teoria do agir comunicativo de Habermas. Nesse contexto, enquanto Maçons, aprendemos a conviver uns com os outros como irmãos, mesmo eventualmente discordando em questões religiosas, políticas e sociais. O que nos une não são nossas diferenças, mas sim o que temos em comum, o ardente desejo de nos aprimorarmos enquanto seres imperfeitos e individualmente, ou em grupo, colaborarmos para tornar feliz a humanidade. Portanto, devemos exercitar nossas faculdades cognitivo-rationais no horizonte intersubjetivo, fortalecendo a pesquisa e tornando a Esfera Maçônica o palco de importantes discussões (ISMAIL, 2016, p.165).

Confrontando as críticas aduzidas ao idealismo comunicativo, por contraste, percebemos a ambiguidade dos imperativos da razão na Modernidade, opondo os subsistemas de um lado a Economia organizada sob forma de Mercado, e do outro o Estado racional, que se autonomizam em relação ao "mundo social", ou Esfera Maçônica, onde prevalecem outros

capitais e valores que são os ditames de um agir comunicativo, afinal o sistema obtém sua circunferência essencial de ação e nele sua própria epistemologia racional de entendimento, confrontando aos imperativos instrumentais os seus próprios imperativos e linguagens comunicativas. No entanto, embora ignorado pela primeira geração, Habermas observa a emergência de Esferas Públicas na Modernidade (espaços para pender a balança "instrumental vs comunicativa/crítica"), como a própria Esfera Maçônica – ensaiada neste artigo. Nestas Esferas Públicas, arenas da razão comunicativa, suas reverberações não se encerram no melhor argumento, mas na contínua busca da verdade sobre seu enunciado discursivo, legando a Modernidade sua necessária emancipação (HABERMAS, 2000, p.484).

Como exposto no último capítulo, ao depurarmos uma racionalização sob a égide de uma razão centrada na comunicação, proposições como "elite estratégica" novamente tendem a obter um choque de realidade e calcinar sua instrumentalidade que apontariam seu caráter segregacionista e instrumental. Pois é isto que a razão comunicativa faz, converte tabus em análises e estatísticas na missão de disseminar a luz e o conhecimento. Com a mesma semelhança do que descrevemos sobre a razão maçônica, a razão comunicativa, por sua vez, não prescreve o que a verdade é, mas pugna pela sua permanente procura, sem prejuízo de uma reanálise e questionamento, com a mesma lucidez da sublime razão maçônica:

Maçonaria, em seu sentido mais amplo e abrangente, é um sistema de moralidade e ética social, e uma filosofia de vida, de caráter simples e fundamental, incorporando um humanismo amplo e, embora tratando a vida como uma experiência prática, subordina o material ao espiritual; é moral, mas não farisaica; exige sanidade em vez de santidade; é tolerante, mas não indiferente; **busca a verdade, mas não define a verdade; incentiva seus adeptos a pensar, mas não diz a eles o que pensar;** que despreza a ignorância, mas não reprova o ignorante; que promove a educação, mas não propõe nenhum currículo; (...) é moderada, universal e liberal quanto a permitir que cada indivíduo forme e expresse sua própria opinião, mesmo sobre o que a Maçonaria é, ou deveria ser, e convida-o a melhorá-la, se puder (COIL, BROWN, 1961, p.159) [negrito nosso].

Os ideais da razão, ao invés da sua descrença, aproximam as razões comunicativa e maçônica. Ape-

sar dos extensos esforços de Habermas, nunca houve uma sociedade baseada exclusivamente na busca do consenso e da concordância, salvo apenas uma: a Instituição Maçônica. Longe de Habermas ou da própria Maçonaria ousarem apenas o paraíso e a concórdia em seus respectivos campos essenciais de ação, afastando as contradições que pairam na sociedade, não obstante, como vimos, almejam tão somente sua contínua busca e objetivo, como um projeto inacabado para a Modernidade, a fim de promover a luz e a libertação dos prisioneiros da razão instrumental por intermédio da intersubjetividade, por um humanismo racional em uma sociedade de emancipados.

6. Referências

- ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BENHABIB, S. A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981 apud ISMAIL, K. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- COIL, H. W; BROWN, W. *Coil's Masonic Encyclopedia*. New York: Macoy, 1961.
- EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- GIDDENS, A. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Unesp, 2016.
- GLMEES. *Ritual do grau de aprendiz-maçom*. Vitória: GLMEES, 2010.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.
- _____. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HANSEN, B. A Teoria Crítica e o pós-estruturalismo: Habermas e Foucault. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- HODAPP, C. *Maçonaria para leigos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.
- ISMAIL, K. *O líder maçom: como a maçonaria tem formado líderes nos últimos séculos e colaborado para a felicidade da humanidade*. Londrina: A Trolha, 2014.
- _____. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- KANT, I. O que é o Iluminismo? In: WEFFORT, F. *Os clássicos da política*. Vol. II. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. The Metaphysical Elements of Justice; Part I of the Metaphysics of Morals. 2nd ed. Tradução: John Ladd. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1999 apud ISMAIL, K. *Maçonaria & Iluminismo*. Brasília: 2012. Disponível em: <http://noesquadro.com.br/historia/maconaria-iluminismo>; Acesso em: 06/05/2017.
- MANNION, J. *O livro completo da filosofia*. 6.ed. São Paulo: Madras, 2010.
- RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações, uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981 apud ISMAIL, K. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- ROBERTS, J. A dialética do esclarecimento. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- RUSH, F. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- RUSSELL, B. *História da filosofia ocidental III*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2015.
- ZELDIS, L., Illustrated by Symbols. New York, NY: *Philalethes*, The Journal of Masonic Research & Letters, Vol. 64, No. 02, 2011.